

Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98832-9676. (83) 99705-5363. (83) 98660-2858.

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Renato Jose de Oliveira TELEFONE (088) 99774-3467 98859-1752

ESTADO CIVIL SOLTEIRO PROFISSÃO FISCAL DE TRIBUTAÇÃO

CPF 012.734.274-58 RG 2.421.230 ENDEREÇO R. Capitão
Enoque Pinto de Carvalho (GEISEL)
CLIA

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 13 de Fevereiro de 2019

(OUTORGANTE) X Renato Jose de Oliveira





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	2.421.230 - 2ª VIA
DATA DE EXPEDIÇÃO	05/11/2018
NOME	RENATO JOSÉ DE OLIVEIRA
FILIAÇÃO	SEVERINO DE OLIVEIRA FRANCISCA GOMES DE OLIVEIRA
NATURALIDADE	JOÃO PESSOA-PB
DATA DE NASCIMENTO	22/05/1978
DOC ORIGEM	CERT. NASC. Nº7912 - LIV A-9 - FLS.19-V - CARTORIO 3º JOÃO PESSOA-PB
CPF	012.734.274-59
Assinado eletronicamente por: Renato José de Oliveira	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	
A+	

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
04 OUT. 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA





ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA
 BR 230, Km 25 - Orla Redentor - João Pessoa/PB - CEP 53000-000
 CNPJ 09.395.103/0001-40 Ins. Est. 16.015

MONOFÁSICO
RES-MTCB1/RESIDENCIAL-RESIDENCIAL
18-2-791-2240 Referencia: Set/2019
00000111355 Emissão: 27/09/2019

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 031 23
Cód. para Déb. Automático: 00005274

ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Set / 2019	27/09/2019	29/10/2019	486.563.134-87 Insc Est
------------	------------	------------	----------------------------

UC (Unidade Consumidora): 5/527828-9

Canal de contato

Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em saude.gov.br/vacinabrasil

Anterior		Atual		Constante		Consumo		Dias	
ata	Leitura	Data	Leitura						
73919	61530	27/09/19	61700				170		28
Demonstrativo									
Descrição	Quantidade	Taxa (%)	Valor	Base Calc. TMA	Toma (R\$)	Base Calc. Pz (R\$)	Pz (R\$)	Colinas (R\$)	Colinas (%)
			Tributos Total (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS	Pz/Colinas (R\$)	(0,9912%)	(4,6667%)	
0801 Consumo em kWh	170,000	5,806870	137,47	137,47	27	57,11	127,47	1,36	6,27
0901 Adic. B. Verminha			10,08	10,08	27	2,72	10,08	0,10	0,46
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				5,90	0,00	0	0,00	0,00	0,00
CONTRIB. SERV. ILUM. PÚBLICA									

CCI - Cód. de Classificação do Item	TOTAL	158.45	147.65	36.83	1.50	12	8.73
-------------------------------------	-------	--------	--------	-------	------	----	------

Parcela em 12 meses (R\$71) **VENCIMENTO** 04/10/2019 **R\$ 153,45**

Historico de Consumo (KWh)											
113	127	123	154	128	186	188	184	122	265	188	188
					Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Agos/19

RESERVADO AO FISCO
138a.97ae.3c3b.323f.8227 9647.40b0.f8b8.

Indicadores de Qualidade			Composição do Consumo	
	Limite da ANEEL	Aprovado	Limite de Tensão (V)	
DIFERENCIAL SEMESTRAL	5,07	0,00	NOMINAL	220
DIFERENCIAL ANUAL	10,15			
DIFERENCIAL TRIMESTRAL	20,30			
DIFERENCIAL SEMESTRAL	3,30	0,00	CONTRA TÁB. LIMITE INFERIOR	202
DIFERENCIAL ANUAL	6,60		LIMITE SUPERIOR	204
DIFERENCIAL TRIMESTRAL	13,20			
DIFERENCIAL SEMESTRAL	7,60	0,00		
DIFERENCIAL ANUAL	15,20			
DIFERENCIAL TRIMESTRAL	12,22			

Discriminação	Valor (R\$)
Serviços de Dist. da Energia/Pl. Comp. de Energia	36,44
Serviços de Transmissão	5,21
Serviços de Distribuição	5,41
Impostos Diretos e Encargos	5,47
Outros Serviços	50,82
Total	153,45

Valor de USD (Ref. 7/2019) R\$ 56,83

ATENÇÃO

Realize Tarifa - Vigência 26/03/18 - Res ANEEL nº 2.598 - Alta Tensão - 4,40% Médio
 - NEEL nº 2.698 - Baixa Tensão - 4,23% Médio

Page 1 of 1

...E, FINALMENTE, NO BANCO DO BRASIL!

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL
00190.00009 03150.244006 06847.489173 5 80320000015345

PAGADOR: FRANCISCA GOMES DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ 466.553.134-87
RUA PROFª NOEMIA RIBEIRO, 22 - GESEL - JOÃO PESSOA / PB CEP: 55075-10

Nº. do Nr	Nº Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31532440006847489	000527828201909	04/10/2019	R\$ 153,45	

EMPRESA DE ENERGIAS ELÉCTRICAS PARAÍBÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A CNPJ 08.095.183/0001-40





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 10542.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 10542.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:17 horas do dia 12 de setembro de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Renato Jose de Oliveira**, CPF nº 012.734.274-59, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Repositor, filho(a) de Francisca Gomes de Oliveira e Severino de Oliveira, natural de João Pessoa/PB, nascido (a) em 22/05/1978 (41 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Professora Noemia Ribeiro, Nº 28, bairro Ernesto Geisel, tendo como ponto de referência Casa, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98859-1752.

Dados do(s) Fatos:


Local: Rua Flodoaldo Peixoto Filho, Xx, João Pessoa/PB, bairro Valentina; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 11/02/19 16:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

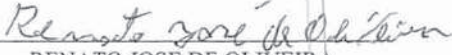
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

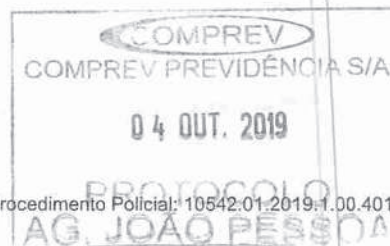
QUE NO DIA 11/02/2019, POR VOLTA DAS 16:00, ESTAVA PILOTANDO A MOTOCICLETA SUZUKI YES DE COR VERMELHA, ANO 2009, PLACA NPX-2330/PB, CHASSI 9CDNF41LJ9M290651, REGISTRADA EM NOME DE JOSE ADAILTON DA SILVA SILVESTRE, NA RUA FLODOALDO PEIXOTO FILHO, VALENTINA, NESTA CAPITAL, QUANDO COLIDIU EM UM VEICULO ATÉ O PRESENTE MOMENTO NÃO IDENTIFICADO; QUE FOI SOCORRIDO POR UMA AMBULÂNCIA DO SAMU AO COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA, ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO COM FRATURA LESÃO DE TENDÃO PATELAR, SENDO REALIZADO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO EM 11/02/2019, CONFORME CERTIDÃO 1360/2019 ASSINADA PELA MEDICA ROSANGELA MEDEIROS ESCOREL ALMEIDA.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 12 de setembro de 2019.


JOSE RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Agente de Investigação


RENATO JOSE DE OLIVEIRA
Noticiante



CERTIDÃO

Nº. 1360/2019

Atendendo solicitação de MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA e acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha Ambulatorial Nº205062 e Prontuário Nº 2019.02.1373 pertencentes ao paciente **RENATO JOSE DE OLIVEIRA** que foi atendido dia 11/02/2019 às 17H03min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em membros inferior direito.

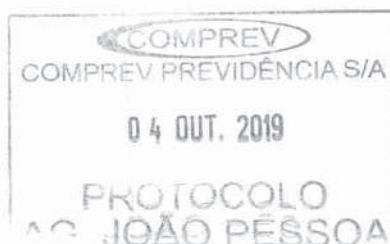
Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura lesão de tendão patelar. Realizado procedimento cirúrgico dia 11/02/2019. Com alta médica dia 13/02/2019.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 19 de agosto de 2019

Rosângela M. Escorel Almeida
Médico Intensivista
CRM 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <i>Renato José de Alencar</i>				Registro: <i>Valdeir</i>	
Idade: <i>40</i>	Sexo: <i>M</i>	Cor: <i>P</i>	Clínica: <i>Br. Karling</i>	EMP: <i>Valdeir</i>	LR: <i>Valdeir</i>
Data: <i>4/02/19</i>	Cirurgião: <i>Br. Karling</i>			1º Assistente: <i>Valdeir</i>	
2º Assistente:		3º Assistente:		Instrumentador:	
Anestesista:		Tipo Anestesia:		Horário: I: <i>10h</i>	T: <i>12h</i>
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO				CID	
<i>Corte contínuo no</i>					
<i>foleto D. Resão do</i>					
<i>canal pleural</i>					
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO				CID	
<i>Onicoma</i>					
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)				CÓDIGO	
<i>RMC + Toracoscopia</i>					
<i>Dr. Valdeir Carvalho Jr.</i>					
<i>Médico - CRM 7692</i>					
<i>CNS 20634699096001P</i>					
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 () Sim 2 () Não					
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 () Não					
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:					
1 () Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico					

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Buscar no site

A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o prazo final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190567995 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA RENATO JOSE DE OLIVEIRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO RENATO JOSE DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 01273427459


Posição em 15-10-2019 17:11:00

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
16/10/2019	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75

* Renato José de Oliveira

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
05/10/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/uC6MK5doBpgqRa5bMQiwRw=api_key=tEbd5YBUJMu1XQVzIPQxcFy740+JLyTWBuHdaLmauUs=)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0878513-05.2019.8.15.2001

AUTOR: RENATO JOSE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc. Trata-se de *Ação de Indenização do Seguro DPVAT* proposta por **AUTOR: RENATO JOSE DE OLIVEIRA** em face de **RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..** Analisando-se os presentes autos, verifico a existência de possível incompetência deste Juízo, eis que o demandante reside no bairro do Geisel, área geográfica incluída na competência das Varas Distritais de Mangabeira, na forma da Resolução n. 55/2012. As Varas Regionais de Mangabeira criadas pela LOJE tiveram sua delimitação geográfica estabelecida pela Resolução da Presidência n. 55/2012. Transcrevo:

*Art. 1º. A jurisdição das varas regionais e dos juizados especiais regionais mistos de Mangabeira será exercida nos limites territoriais dos bairros de Água Fria, Anatolia, Bancários, Barra de Gramame, Cidade dos Colibris, Costa do Sol, Cuiá, **Ernesto Geisel**, Funcionários II, Funcionários III e Funcionários IV, Grotão, Jardim Cidade Universitária, Jardim São Paulo, João Paulo II, José Américo, Mangabeira, Muçumago, Paratibe, Penha, Planalto da Boa Esperança e Valentina Figueiredo, do Município de João Pessoa.*

A divisão territorial da competência, com as chamadas Varas Distritais, tem por objetivo organizar melhor e facilitar o acesso ao Judiciário e a tramitação dos processos, já que as partes e as provas estariam mais acessíveis na área, devendo esta competência ser tida como absoluta.

Essa a opinião de Arruda Alvim: “A competência dos foros regionais, no que diz respeito à matéria (curialmente) e ao valor (igualmente) é absoluta, no sentido de não admitir a preferência pelo foro central, em detrimento de um dado foro regional ... (omissis)... A existência das varas e foros distritais, e hoje, dos foros regionais, sempre é, claramente, decorrente de razões de ordem pública, no sentido de: a) distribuir melhor a Justiça em si mesma, numa cidade de dimensões gigantescas, e sem que essa estrutura fosse passível de fácil alteração; b) a finalidade dessa distribuição, além de dizer com a própria organização do Poder Judiciário, em si mesmo, colima proporcionar um acesso mais cômodo à Justiça, com vantagens para todos os jurisdicionados”^[1]

Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EFEITO SUSPENSIVO - INDEFERIMENTO - CONTRATO - COMPETÊNCIA - VARAS DISTRITAIS - CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO - VARA DISTRITAL DE MANGABEIRA - COMPETÊNCIA ABSOLUTA - DESPROVIMENTO DO AGRAVO. - As varas distritais foram .fixadas visando a uma melhor distribuição da justiça dentro de uma mesma comarca, possuindo, portanto, natureza de competência absoluta. uma vez que foi .fixada por critério funcional, sendo, destarte, improrrogável e inderrogável pela vontade das partes. (TJPB – Acórdão do processo nº20020090007101001 – Órgão (3ª Câmara Cível) – Relator DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ BENEVIDES – j. em 08/09/2009). CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. AJUIZAMENTO NO FORO CENTRAL DA CAPITAL. REDISTRIBUIÇÃO DETERMINADA AO FORO REGIONAL DE MANGABEIRA. ABRANGÊNCIA DA JURISDIÇÃO DO DOMICÍLIO DA PARTE AUTORA. FRACIONAMENTO DA COMARCA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. CRITÉRIO FUNCIONAL. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE OFÍCIO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. - As varas distritais foram criadas visando uma melhor distribuição da justiça dentro da mesma comarca, possuindo, portanto, natureza de competência absoluta, uma vez que foi fixada por critério funcional, sendo, destarte, improrrogável e inderrogável pela vontade das partes. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº



00035993120158150000, 3ª Câmara Especializada Cível, Relator DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 13-06-2017) Sendo assim, trata-se de competência absoluta. Além de que o foro do domicílio do consumidor encontra-se situado na competência das Varas Distritais de Mangabeira. Assim, ante o exposto, reconhecendo que o autor é domiciliado no bairro Ernesto Geisel, declino da competência pelos motivos acima e determino a remessa destes autos a uma das Varas daquele Foro Regional, com baixa na distribuição P.I Cumpra-se. João Pessoa, 06/12/2019 Juiz(a) de Direito

[1]

Manual de Direito Processual Civil, 6ª ed., Rio de Janeiro, Editora Revista dos Tribunais, pp.298-299.



EXCELENTÍSSIMO (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

JUSTIÇA GRATUITA

RENATO JOSE DE OLIVEIRA, devidamente singularizado nos autos da *Ação de Cobrança*, movida em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS SA, por seus advogados e procuradores, adiante assinados, vêm, com a devida vênica, perante Vossa Excelência, apresentar **IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO**, o que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante elencados na inicial e em consonância com o que determina a lei e a jurisprudência pacificada nos tribunais pátrios, tornando-se desnecessário adentrar ao tema com maior profundidade, eis que, sobejamente demonstrada a sua fundamentação, e, por isso mesmo, não assiste, *data vênica*, nenhuma razão ao inconformismo do promovido, conforme demonstrado na fundamentação da peça vestibular.

Como resta claro, o Juiz indicará perito de sua confiança para realização da perícia médica, às expensas da citada seguradora, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, para que possa auferir o grau de debilidade do autor.

Diante do exposto, requer a intimação da seguradora para depositar em juízo o valor do exame pericial, para produção de prova pericial, e deverá a mesma ser produzida por **médico especialista**, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013. Espera ainda o Autor, que seja a presente ação julgada totalmente procedente, condenando o promovido aos honorários de sucumbência na razão de 20% do valor da condenação, tudo por ser de inteira e lidima justiça

Nestes termos, Espera deferimento.

João Pessoa- PB, 12 DE DEZEMBRO DE 2019.





Poder Judiciário da Paraíba

4ª Vara Cível da Capital

Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB CEP: 58013-520

PROCESSO NÚMERO: 0878513-05.2019.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: RENATO JOSE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

C E R T I D ã O

Nessa data procedo a remessa destes autos, conforme determinado na decisão de Id 26847610.

João Pessoa, 18 de fevereiro de 2020

ZENILDA DINIZ PEQUENO

Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0878513-05.2019.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: RENATO JOSE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar comprovante de residência em seu nome, a simulação da guia de custas*, e documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018.

João Pessoa/PB, 4 de março de 2020.

JANDIRA RAILSON MEIRA
Técnico Judiciário





EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DA 1 VARA REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.


JUSTIÇA GRATUITA



RENATO JOSE DE OLIVEIRA , já devidamente singularizado nos autos, vem perante vossa excelência, por meio de seus advogados, apresentar a juntada do documento de comprovação de renda e guia de custas processuais.

Pede-se deferimento,
João Pessoa, 12 de Março de 2020.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.7.20.21236/01
			Data de emissão: 12/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.621236 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 154,83 Promovente: RENATO JOSE DE OLIVEIRA - Taxa Judiciária: R\$ 51,61 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 207,79
			Desconto total: R\$ 0,00
866100000029 077909283184 520200331202 072021236012 			Valor final: R\$ 207,79

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.7.20.21236/01
			Data de emissão: 12/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.621236 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Promovente: RENATO JOSE DE OLIVEIRA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 207,79
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 207,79

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.7.20.21236/01
			Data de emissão: 12/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.621236 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 154,83 Promovente: RENATO JOSE DE OLIVEIRA - Taxa Judiciária: R\$ 51,61 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 207,79
			Desconto total: R\$ 0,00
866100000029 077909283184 520200331202 072021236012 			Valor final: R\$ 207,79





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.621236

Data Vencimento: 31/03/2020

Data Emissão: 12/03/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: RENATO JOSE DE OLIVEIRA

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Valor da Causa: R\$ 2.531,25

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 154,83

Taxa: R\$ 51,61

Total da Guia: R\$ 206,44

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



Folha Mensal
Janeiro de 2020

SERATO JOSE DE OLIVEIRA
REPOSITOR DE MERCADORIAS

321125
Admissão:

06/11/2006



Processo número - 0878513-05.2019.8.15.2001

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: RENATO JOSE DE OLIVEIRA

Advogados do(a) AUTOR: ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438, JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Analizando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, o autor é fiscal de loja e declarou não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, juntando aos autos o contracheque do mês de Janeiro/2020 (ID 29029870); já o valor das custas processuais (ID 29029868) é de R\$ 207,79 (duzentos e sete reais e setenta e nove centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juiza de Direito

